



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638403 - RS (2021/0000747-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RONALDO MATIAS SCHNEIDER
ADVOGADO : RONALDO MATIAS SCHNEIDER - RS107630
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LEONARDO LEMES GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO LEMES GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5071299-44.2020.8.21.7000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e posse irregular de arma de fogo.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar da paciente, reputando não atendidos os requisitos necessários para a manutenção da custódia.

Alega, ainda, que "mesmo podendo dispensar a audiência de custódia, devido a pandemia que assola o nosso país, não foi oportunizado em qualquer momento meios que pudessem assegurar a defesa o contato direto com o réu, ainda mais nas coedições onde se encontrava, pois estava ferido, conforme corpo de delito em anexo".

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente